

‘AQUI, TODO MUNDO CONSIDERA!’ Reflexões sobre consideração e reconhecimento a partir de trajetórias de rapazes de um bairro popular do Recife

Marcia Reis Longhi

Introdução

Wilton tem 19 anos, cursa a primeira série do ensino médio, mora com os pais e os três irmãos no *Combinado*, área considerada das mais perigosas do Bode¹; mas como ele mesmo diz, “é limpeza, pois todo mundo conhece meu pai, minha avó... Todo mundo considera”. Há três gerações sua família mora na comunidade. Ao longo da entrevista, no entanto, ele também fala do sentimento de exclusão e estigmatização que vive quando está fora da comunidade. Junto a inúmeras outras histórias, Wilton faz o seguinte relato:

Outro dia estava voltando para casa, de bicicleta, e três caras da Rocan me pararam. Foram logo perguntando onde eu morava. Estava na avenida, disse que era logo ali. Pediram o documento. Eu estava com a xérox, mas não era autenticada. Falaram: ‘Vamo lá na sua casa, pegar o documento’. Lá fui eu, cercado por três policiais de moto. Todo mundo olhando. Minha mãe estava na porta. A coitada levou o maior susto. Fui logo dizendo: ‘não é nada, só vim buscar o documento’. Peguei a identidade e fiz questão de colocar o padrão de futebol, só pra ‘sacanear’. E saí com eles, pra todo mundo ver. Né não, iam achar que eu estava sendo preso...?! (passagem do diário de campo)

O relato acima mostra uma realidade muito presente e conhecida de jovens moradores de bairros populares. Inclusive, na maior parte das vezes, o desrespeito é menos sutil, chegando, com frequência, à violência física. A escolha desta passagem, em detrimento de outras, deu-se exatamente pela sutileza da mesma e

¹ “Bode” é o nome da comunidade onde foi realizado o trabalho de campo. O Bode fica no Pina, bairro situado na zona sul do Recife.

por revelar outra dimensão, a das relações cotidianas, através da qual é construído o reconhecimento local.

Apesar de morar em uma área do bairro considerada perigosa, sabidamente onde muitos traficantes se escondem, Wilton afirma não ter medo, pois, em suas palavras, todo mundo *considera*. Ele deixa claro que esta consideração foi construída ao longo do tempo (três gerações), no caso, através da família. Enfim, a consideração é construída continuamente, através de uma lógica que faz sentido para seus participantes.

Quando ele está fora da comunidade ele também é ‘reconhecido’, mas neste caso por outros motivos e de outra forma. No episódio narrado, o jovem estava fora da comunidade, mas próximo à mesma. Geralmente é aí que eles são abordados. Estar ‘por ali’ é indício de que mora no Bode. A cor da pele, os trajés e o local onde se encontra são ingredientes suficientes para desembocar no estigma do ‘potencialmente perigoso’. Três policiais de moto acompanham um jovem, sozinho e de bicicleta, para buscar seu documento original. Sem um outro motivo explícito.

Neste caso, o sentimento de indignação não resultou do fato da polícia desconfiar dele. A questão, para Wilton, foi sua exposição frente à comunidade. O desfecho da estória revela uma dinâmica interessante. Ali dentro, naquele momento, o que lhe valeu de identidade foi o padrão de futebol. Foi sua vingança. Ao sair de casa pronto para jogar bola, Wilton mostra para a vizinhança que “nada estava acontecendo” e que ele continuava sendo merecedor de consideração. Ao mesmo tempo, mostra aos policiais que ali dentro ele integra o grupo dos dignos de reconhecimento.

Retomando o fio da meada...

Procurarei, ao longo deste *paper*, construir uma teia de significados que dê sustentação ao meu argumento. Proponho-me discutir sobre ‘o outro lado da moeda’, ou melhor, como o discurso da negatividade da pobreza atua no cotidiano dos jovens e quais as estratégias que eles constroem para ao mesmo tempo burlar os obstáculos e reforçar o reconhecimento local. Para tanto, amparar-me-ei na discussão que desenvolvi em minha tese de doutorado².

Inicialmente, fui movida por inquietações que nasceram da confluência de algumas informações e constatações advindas de variados espaços, entre eles a grande mídia, as políticas públicas para juventude, pesquisas de âmbito nacional e a própria produção acadêmica. Cada um dos atores citados mobilizou-me

² A tese foi defendida em abril de 2008 e em setembro de 2009 foi publicada pela editora da UFPE (LONGHI, 2009).

diferentemente, mas todos, de uma forma ou de outra, conduziam-me para um só foco de preocupação: todos contribuíam com a construção da negatividade em torno de um grupo específico, *homens jovens e pobres*.

Nos dias de hoje, esta construção ampara-se em uma base de sustentação real e nada desprezível, tendo como um de seus principais pilares os dados encontrados em inúmeras pesquisas quantitativas, entre elas a realizada pela UNESCO e que resultou nos quatro volumes do Mapa da Violência³. Os números não deixam dúvidas quando o tema é *mortes por causas externas*: quem mais morre e, também, quem mais mata, principalmente com armas de fogo, são homens, na faixa etária entre 18 e 24 anos e moradores de bairros de baixa renda. Diante de dados advindos de pesquisas fica relativamente fácil cairmos na armadilha de explicações imediatas: entre homens jovens, que dispõem de pouco capital cultural e econômico, a virilidade acaba por se expressar através de demonstrações de coragem e força física que podem desembocar na violência.

A mídia também veicula, com frequência, notícias que atrelam a violência a este grupo específico⁴. A violência urbana, que tem atingido níveis assustadores em algumas cidades brasileiras, reforça a construção social que une homens jovens e pobres à periculosidade e ao crime.

A conjunção de alguns fatores, de fato, faz com que a juventude seja vista como um problema social e mobilize o poder público, a sociedade civil organizada, a academia e as grandes agências financiadoras de pesquisa. Conforme encontramos no Projeto Juventude⁵, o aumento populacional de jovens entre 15 e 24 anos, o desemprego – especialmente preocupante nesta geração – a violência e o crescimento do número de jovens grávidas, nesta faixa etária, justificavam preocupações e ações dirigidas a este segmento social.

Esta concentração de interesses é legítima e certamente tem trazido avanços, especialmente no que se refere a informações sobre as condições de vida dos jovens brasileiros e à percepção de que se trata não só de um grupo protagonista de problemas sociais, mas também sujeito de direitos.

No que diz respeito às políticas públicas para juventude, o século XXI

³ O Mapa da Violência IV foi organizado por Waiselfisz (2004) e editado pela UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça.

O livro analisa as causas da mortalidade juvenil na década de 1993/2002 no Brasil. O objetivo deste estudo é contribuir, encorajar e informar políticas públicas e estratégias preventivas direcionadas a reverter a situação alarmante da vulnerabilidade social que afeta os jovens do país.

⁴ Carles Feixa e Francisco Ferrándiz (2005) também chamam a atenção para a participação da mídia na construção da naturalização da juventude atrelada a violência e eles se baseiam em estudos realizados em vários países, o que nos reforça que não estamos falando de algo puramente local.

⁵ Este projeto teve como promotor o Instituto Cidadania e foi publicado em 2004.

tem sido marcado por uma ampla e consistente mobilização. Em medida provisória de 1º de fevereiro de 2005, o Presidente da República criou o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude, com a responsabilidade de integrar programas e ações do governo Federal e ser a referência da população jovem no governo. O Pro-jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária – também foi criado neste mesmo ato.

As ações e programas implementados significam conquistas efetivas, mas deixam claro que o público-alvo são os jovens integrantes dos segmentos sócio-econômicos menos favorecidos. Este fato vai ao encontro das necessidades concretas da população e têm um caráter político e compensatório, mas, muitas vezes, termina por reforçar a ideia de carência que permeia este grupo social⁶.

Pesquisadores nacionais e internacionais têm defendido a necessidade de desnaturalizar a relação entre juventude e violência, ainda que estejam falando exatamente de contextos que visibilizam a violência através deste segmento social (Feixa; Ferrándiz, 2005; Benjamin, 1999; Schmidt; Schöder, 2001). Nestes casos, busca-se um processo de historização que localize os recursos violentos no conjunto da sociedade. Para Feixa e Ferrándiz, trata-se de uma questão política e cultural:

Em definitiva, desnaturalizar la violencia juvenil supone (re)politizar (resituar em las luchas por el poder) la violencia ejercida y padecida por los jóvenes y (a)culturar (resituar em las luchas por el significado) los códigos compartidos que la inspiran.” (Feixa & Ferrándiz, 2005: 211)

Um número significativo destes estudos se ampara nas teorias de masculinidade que ganharam fôlego nos últimos 10 anos. Mesmo fugindo da naturalização e da biologização das diferenças de gênero, é comum os mesmos enveredarem para certa universalização, na medida em que elementos como virilidade e força física são sempre evocados como grade explicativa do “natural” envolvimento do homem nesta seara. Principalmente, em espaços marcados pelas desigualdades econômicas, onde se acentuam as oposições entre masculinidade hegemônica e subalterna.

No que diz respeito ao Brasil, principalmente nos estudos que tratam da realidade do Rio de Janeiro, onde o poder do tráfico é bastante evidente, é recorrente escutarmos que os jovens entram para o narcotráfico porque ali eles adquirem reconhecimento através do dinheiro e do poder⁷. Esta afirmação é

⁶ No livro *A Família como Espelho*, Cynthia Sarti (2003) faz uma discussão sobre a ideia de ‘carência.’ que permeia os grupos populares.

⁷ Vários autores já se remeteram a esta questão em seus trabalhos. A título de ilustração podemos citar os inúmeros textos de Alba Zaluar e também o trabalho de Pedro Paulo de Oliveira (2007) apresentado na XIII SBS, em Recife.

amparada por declarações feitas pelos próprios jovens, que se vêem seduzidos por uma via de escape viável e rápida, apesar de frágil.

Mesmo reconhecendo a dificuldade em pensar sobre trajetórias de homens jovens e pobres sem me remeter à violência – ou sem aderir à discussão sobre culturas juvenis e grupos ligados a arte – resolvi focar meu estudo em histórias de jovens que não fazem parte do “mundo” da contravenção, mais especificamente jovens que estão construindo trajetórias diferenciadas e bem vistas na comunidade, mas se perdem na invisibilidade da ‘normalidade’. Acreditava ser esta uma estratégia feliz, considerando minha intenção de problematizar certa naturalização sobre o grupo em questão. Interessava-me conhecer as estratégias criadas para alcançar seus objetivos e o peso, positivo ou negativo, que eles atribuíam ao local de moradia, considerando que vivem nos mesmos espaços e dispõem do mesmo aparato governamental de estruturação para suas vidas que os demais. Também me interessava saber como eles “explicavam” suas próprias escolhas e como se percebiam em relação aos rapazes envolvidos com “escolhas condenadas” socialmente, seja o tráfico, seja a prática de furtos e assaltos.

Não queria, no entanto, construir uma lógica explicativa sobre a dicotomia “espertos e otários”. No livro *A máquina e a revolta*, Alba Zaluar (2000), através das falas de seus interlocutores, mostra como as identidades do bandido e do trabalhador se constroem a partir de diferentes prismas. Quando o ‘*outro*’ é aquele que está fora da favela, inclusive os policiais, existem aproximações e até colaboração entre os bandidos e os trabalhadores, mas eles estão em campos opostos quando a questão é o trabalho. Neste sentido, para o bandido, o trabalhador é o *otário*, que “trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos” (Zaluar, 2000, p. 145). Minha intenção era enfocar um grupo não visibilizado, sem partir desta dicotomia.

No meu modo de ver, todos os discursos arrolados anteriormente estão, direta ou indiretamente, falando de hierarquias de valor e este ponto é fundamental para a compreensão da realidade.

Não podemos desprezar o que nos ensinam Elias e Scotson (2000):

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.” (Elias; Scotson, 2000:24)

Na mesma obra, os autores falam do “medo da poluição” (2000, p.26): no caso, o contato com os ‘*outsiders*’ poderia colocar os ‘*estabelecidos*’ sob suspeita. Teoricamente, a questão da construção da diferença também vem sendo

discutida, muitas vezes abordada a partir dos estudos de gênero. Para Moore (1994), a subjetividade é marcada por estruturas de diferença fundadas no gênero, na classe, na raça e outras categorias. Estas formas de diferenças estão imbricadas e é desta forma que devem ser pensadas.

Moore (2000) fala sobre gênero, mas suas palavras podem ser ressignificadas para as demais categorias:

Discurso sobre gênero e categorias de gênero não são poderosos porque oferecem descrições acuradas de práticas e experiências sociais, mas porque, entre outras coisas, produzem homens e mulheres marcados por gênero, como pessoas que são definidas pela diferença. Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorização de gênero. (Moore, 2000: 17)

Uma questão fundamental é que estes discursos falam das representações dominantes. Quando cito a mídia, o Estado, a academia e as agências financiadoras, estou, na realidade, falando de discursos hegemônicos – mesmo que muitas vezes contraditórios – que contribuem para a construção das identidades “subalternas”.

Os jovens em questão agregam algumas categorias: classe, gênero e geração (raça e religião agregaram-se ao longo do trabalho). A imbricação das mesmas, com frequência, atribui negatividade às suas imagens.

A academia vem, de longa data, refletindo sobre a relação entre poder e discurso para a construção das subjetividades. Por outro lado, teóricos como Bourdieu chamam a atenção para a importância da práxis e da incorporação do *habitus* no jogo destas relações.

A identidade, enquanto diferença, é fruto de construções discursivas. Os discursos são múltiplos, muitas vezes contraditórios e resultam de contingências históricas e sociais pautadas nas relações de poder. Desta forma, se estabelece uma lógica hierárquica que norteia as relações intersubjetivas. A imbricação de certas categorias desemboca em representações negativas, na medida em que se distanciam das identidades dominantes. Nas palavras de Moore “os idiomas de gênero e de raça são assim usados muitas vezes para ordenar diferenças de poder e/ou prestígio, com o resultado de que o próprio poder é representado em muitos contextos como sexualizado e racializado.” (Moore, 2000: 34).

Teóricos da masculinidade (Connell, 1987) reforçam esta linha de pensamento ao confirmarem que a mistura de gênero e raça em sociedades oprimidas tende a atrelar grupos “subalternos” às características negativas e inferiorizadas. Ser homem, jovem, pobre e negro os afasta significativamente da

representação positiva da masculinidade, pois os inclui em um grupo desprovido de poder.

Por outro lado, as práticas nos permitem refletir sobre a reprodução e também a resistência. Neste sentido, a história é bem mais complexa. Moore (2000) busca a relação entre discurso e identidades pessoais e para tal faz uso do conceito de *investimento* desenvolvido por Wendy Holloway. Holloway afirma que o que faz o indivíduo, apesar dos discursos concorrentes, assumir uma posição de sujeito é seu *grau de investimento* que seria algo entre um *compromisso emocional* e um *interesse*: “Tal interesse ou compromisso reside no poder relativo, concebido em termos de satisfação, retribuição ou vantagem que uma posição particular de sujeito promete, mas não necessariamente realiza.” (Holloway, 1984 *apud* Moore, 2000, p. 36). A posição escolhida não é algo apenas do campo da subjetividade, pois a posição é sempre relativa ao outro, o que nos remete à intersubjetividade.

(...) É importante reconhecer que o investimento é uma questão não apenas de satisfação emocional, mas de benefícios materiais sociais e econômicos muito reais que são a retribuição do homem respeitável, da boa esposa, da mãe poderosa ou da filha bem comportada em muitas situações sociais. É por essa razão que modos de subjetividade e questões de identidade estão ligados a questões de poder, e aos benefícios materiais que podem ser uma consequência do exercício desse poder. (Moore, 2000, p. 37)

Esta discussão nos permite pensar que os jovens com os quais trabalhei são constituídos pelos discursos dominantes, mas também por uma gama de discursos variados que vão ganhando significação na práxis. O conceito de investimento, referido acima, possibilita que atrelemos o vivido e o construído e que façamos uma ponte com a teoria do reconhecimento. Investir em uma posição é identificá-la como a mais adequada, considerando suas negociações em busca de reconhecimento. Isto se dá não apenas, mas também, racionalmente, pois vai depender dos recursos disponíveis e também dos discursos valorados positivamente. A busca dos recursos concretos nos remete às reflexões sobre redistribuição, na medida em que eles também são determinantes das posições de status e consideração. O que podemos afirmar é que dentro de um campo de possibilidades, também delimitado pela condição de classe, os jovens escolhem os caminhos que contribuem com a construção da autoconfiança e da estima social.

Tendo como pano de fundo a discussão teórica anterior, resolvi pesquisar trajetórias “diferenciadas” e “promissoras” a partir de um espaço costumeiramente olhado como um local de não-valor. A comunidade me indicaria quem se encaixava nesta categoria. Considero este um ponto fundamental na construção do trabalho. Eu procurava aqueles que eram reconhecidos; eles me diziam quais

os critérios locais para ser digno de reconhecimento. A partir deste momento, passei a trabalhar com noções locais de valor, respeito, pertencimento e reciprocidade.

O campo foi me mostrando os elementos necessários e possíveis que atribuíam reconhecimento: poderiam ser rapazes que se destacavam na trajetória escolar, ou que estavam construindo carreiras laborais promissoras, ou ainda jovens que se destacavam através de uma habilidade pessoal (artística ou de oratória). Mas isoladas, estas qualidades não eram suficientes. Junto a uma ou mais do que uma delas, era necessário que estes rapazes fossem considerados bons filhos, ou bons chefes de família e continuassem morando na comunidade e a nutrir o pertencimento local. Serem, enfim, jovens de *bem*, que contribuíam com a boa imagem da comunidade. O *ser de bem*, neste momento, ganha um significado social, que vai além do ser *bonzinho*, justamente por estarmos falando de um espaço historicamente focado pelo prisma da negatividade. Ser de bem é ser aquele jovem que não corresponde à imagem veiculada pela mídia e justamente por isto contribuí com a imagem positiva da localidade. Vemos aí incorporada a ideia de bem, o conceito filosófico de *boa vida*, trabalhado por teóricos hegelianos, e que está associado ao reconhecimento conquistado através da estima social, local e histórica.

Algumas categorias nortearam a construção do grupo: educação, trabalho, vida religiosa e habilidade artística. Todos são homens entre 18 e 25 anos (com exceção de um), as famílias moram no Bode há três gerações e são jovens bem vistos na comunidade. Mas suas histórias também revelam muitas diferenças.

Através de algumas trajetórias (que eu denominei de núcleo da pesquisa) foi possível apontar permanências, transformações, estratégias de pertencimento e de aquisição de novos conhecimentos. As relações familiares, suas trajetórias escolares e laborais e em menor medida suas vidas reprodutivo-afetivas também foram enfocadas. Alguns dados chamam especialmente nossa atenção. Com exceção (parcial) de dois jovens, todos começaram a trabalhar próximo dos 13 anos. Os trabalhos, por sua vez, estavam sempre relacionados à rede familiar ou de vizinhança⁸. Também foi possível observar que o *up-grade* cultural e/ou social conquistado vinha atrelado a alguma instituição local: família, Igreja, projeto social.

Paralelamente, eles nos falam das estratégias construídas para burlar os obstáculos, criados, em grande medida, pela lógica injusta de nossa sociedade e pela não efetivação dos direitos ditos universais. As alternativas surgem, com frequência, de relações personalistas ou das redes de amizade.

Neste texto narrarei a trajetória de um dos rapazes para ilustrar a discussão acima.

⁸ Este dado foi ressaltado na pesquisa nacional coordenada por Mary Castro (2006), *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*.

A história de Diego

Diego tem 21 anos e é presbítero da Igreja Assembléia de Deus, fato pouco comum para um rapaz de sua idade e credencial, que o fez ser lembrado para integrar o grupo que eu procurava. No entanto, sua aproximação com a vida religiosa aconteceu após ser atingido por uma bala, quando saía de um pagode, há cinco anos. Este acontecimento marcou sua vida e seu corpo. Ele ficou com algumas limitações de movimento no braço e na perna esquerda. Hoje consegue ter uma vida praticamente normal, mas caminha lentamente e não consegue realizar algumas tarefas. Quando pergunto como sobrevive, já que não trabalha e não ganha nada da Igreja, Diego conta que agora (após cinco anos) vai começar a receber aposentadoria por invalidez e relata todas as dificuldades que enfrentou para finalmente ter o benefício aprovado. Fez várias perícias e alguns médicos afirmavam que ele podia trabalhar. Um chegou a dizer que só conseguiria o benefício se tivesse perdido um membro (o que de certa forma aconteceu, já que seu braço esquerdo está praticamente inutilizado).

Conforme ele conta “As coisas só começaram a melhorar, quando um senhor *que gosta muito de mim*⁹, morador da comunidade, me levou a um advogado trabalhista que me atendeu sem cobrar nada”.

Diego conta que o advogado olhou seus papéis e perguntou por que ele ainda não estava recebendo a aposentadoria. Repetiu o que os médicos lhe diziam. O advogado comentou “fazem isto porque não é filho deles e nem ninguém da sua família; seus papéis estão todos certos, já era para você estar recebendo”. Foi necessário que ele, por proximidade, passasse a ser reconhecido como alguém merecedor de direitos, para que o que era seu direito realmente fosse colocado em prática.

Na mesma entrevista, Diego conta que a Igreja está pagando seus estudos no Seminário. Mas seu grande sonho é estudar para ser advogado na área trabalhista e ajudar as pessoas. “Passei por isso e sei como é difícil”.

Por outro lado, Diego explica, com orgulho, como *sua* Igreja é organizada. Tem CNPJ, registro, tudo legal. Mostra a carteirinha de presbítero que ele tem e que vale no Brasil todo. Explica como é a “carreira¹⁰” dentro da Igreja: ele foi escolhido para ser presbítero pelo pastor, que é o representante de Deus, pela sua dedicação e liderança; mas ainda é um presbítero local. Para se tornar um evangelista convencionado (que é o próximo passo na hierarquia) terá que terminar o Seminário e fazer um curso de seis meses no Rio de Janeiro. Quando fizer isto, será reconhecido até em outros países, como nos Estados Unidos e em Portugal.

⁹ O grifo é meu.

¹⁰ O termo “carreira” não foi usado pelo jovem.

Ainda na mesma entrevista, Diego diz que hoje é respeitado, mesmo fora da comunidade, *por quem o conhece*, porque ele hoje é um exemplo, pela história que construiu. Mas já se sentiu muito desrespeitado por morar no Bode ou pela sua cor. Já se viu com um ‘38’ na testa sem estar fazendo nada, só pela forma de se vestir. Retomarei esta passagem logo mais.

O relato acima nos permite algumas reflexões. Diego encontrou na Igreja protestante o espaço adequado para construir sua respeitabilidade¹¹. Antes de ser atingido por uma bala e ficar com os movimentos comprometidos, ele sonhava ser jogador de futebol. Todos achavam que ele tinha futuro, pois jogava bem e isto lhe dava reconhecimento por antecipação. Mas, de um dia para o outro, esta *via* foi totalmente impossibilitada. A religião lhe permitiu vislumbrar uma nova chance. Neste caminho, ele enxerga uma reciprocidade clara e concreta. Ele se dedica, dá o melhor de si e em troca as portas vão gradativamente se abrindo. Sabe que se fizer a sua parte terá o reconhecimento almejado e sabe qual é sua parte: para ser evangelista e quem sabe, futuramente, pastor, ele tem que ser casado, não ter o nome sujo no Serasa, não estar envolvido em nenhuma confusão. As regras do jogo são colocadas na mesa.

Mas, enquanto um cidadão qualquer, é mais difícil “fazer parte do jogo”. Diego relata o quanto foi complicado ter a papelada aprovada para começar a receber sua aposentadoria. Só foi possível finalizar a burocracia com a ajuda de um advogado que, por sua vez, era amigo de alguém que tinha consideração por ele. Mais uma vez, a lógica personalista, garantida pelas relações de reconhecimento local, permitiu que seus direitos fossem assegurados. Diego diz que hoje conquistou respeitabilidade por ter uma “história exemplar”, mas sabe que este status tem um limite, que é ampliado na medida em que ele se “credencia” dentro da Igreja. O rapaz afirma que quer ser advogado para defender pessoas que, como ele, não lutam por seus direitos, porque muitas vezes nem sabem que os têm.

A partir de uma trama macro, existem as micro-tramas, que ganham sentido local. A história de Diego é uma, entre muitas outras. O trabalho de campo mostrou que os rapazes em questão ampliaram significativamente seu cabedal de conhecimentos, na medida em que buscavam seus objetivos. Este capital simbólico, por sua vez, os diferencia na comunidade e, ao mesmo tempo, os credencia para integrar outros espaços sociais. Mas apesar disso, não os destituiu de um *habitus* incorporado.

Ainda através da narrativa de Diego podemos visualizar como os elementos que atribuem valor e reconhecimento variam dependendo do espaço que estamos focando.

Diego já havia contado que antes de ser presbítero fazia questão de vestir-se bem para impressionar as garotas. Para ele, “estar bem vestido” era estar

¹¹ A Igreja apareceu como um dos caminhos, mas não o único.

perfumado e usar todas as peças da mesma marca (no caso, C&A). Ele relembra, com um misto de orgulho e diversão, que as meninas faziam questão de ver a etiqueta de suas roupas, até da cueca, e o impacto que isto causava sobre elas. Conta que notou que os rapazes que faziam mais sucesso eram os que andavam mais arrumados e, a partir daí, passou a ditar moda entre os amigos. Mas esta era uma estratégia que funcionava em algumas ocasiões e alguns locais.

Este mesmo rapaz, em outro momento, exatamente pela sua forma de vestir – na sua avaliação – deparou-se com um revólver na testa, engatilhado e pronto para ser disparado. Ele relata:

Era de noite e eu estava voltando da escola; mas não era muito tarde, umas nove horas. Eu só tinha ido buscar algumas notas. Estava ali no Pina, na rua que tem muito bar e restaurante, voltando para casa. Era uma hora que tinha muita gente na rua e muita gente do colégio também. Tinha acontecido alguma coisa e eu vi que tinha polícia do outro lado da rua. Naquele tempo, eu ainda não era evangélico e usava aquelas calças bem baixas, que fica aparecendo a “zorba”. Pois o policial, do outro lado da rua, começou a gritar “bandido” e a correr na minha direção. Eu, assustado, fiquei parado. O policial chegou já colocando a arma na minha testa e gritando “bandido”, “bandido”, cadê a identidade? Por azar, eu não havia trazido, pois ia voltar logo (pra casa). Felizmente consegui ficar calmo. Falei meu nome e disse que não era bandido, que tinha ido pegar as notas na escola e estava voltando pra casa. Meu nome tem a palavra Major; parece que isto fez o policial se acalmar, mas, ainda nervoso e com a arma apontada para mim, ele fala “com estas roupas, parece bandido!”

Esta história é extremamente rica, pois mistura ingredientes que nos permitem perceber as diferentes lógicas construídas a partir dos mesmos elementos, dependendo dos atores envolvidos. A carteira de identidade é um documento oficial, mas como podemos ver nesta e em outras passagens do campo, para estes rapazes ela só serve para livrá-los (às vezes) da violência policial, quando estão fora dos limites da comunidade. Pelo menos na interpretação do rapaz, ter um nome que representa uma autoridade ajudou-o a sair do impasse, mesmo estando sem identidade.

Também cabe refletirmos sobre a questão das vestimentas. Se no seu espaço de moradia ele era valorizado e disputado pelas garotas pelas roupas que usava, fora de lá seu visual era passaporte para o perigo. Esta é uma questão que merece ser mais aprofundada. Os rapazes de classe média também usam (ou usavam) calças caindo e com boa parte da cueca aparecendo. Sendo assim, em si, este não é um signo de marginalidade. No caso dos *boyzinhos*, que é como os rapazes da comunidade chamam os jovens da classe média alta, quando muito, indica certa contestação aos valores mais burgueses, mas muitas vezes não é nem isto. É apenas uma moda. Bourdieu (2007) discute a moda como um signo de

distinção e da necessidade eterna de novidades, na medida em que a moda é rapidamente incorporada por todas as classes sociais, deixando de ser um sinal de distinção de classe.

No caso do rapaz do Bode, podemos pensar que o que aconteceu foi uma combinação de fatores. Certamente ele não estava vestido como um crente. Ele também não era um frequentador dos bares e restaurantes da região, dirigidos ao público de outro grupo social. Por outro lado, o trecho em que ele estava é passagem de quem vai de Brasília Teimosa para o Bode, duas áreas vistas como potencialmente perigosas. Além disso, ele é negro. O entrelaçamento de todos estes elementos levou o policial a concluir que o rapaz era o “bandido” que ele buscava.

Esta passagem reforça a lógica de que os critérios de classificação são construídos – e alterados – principalmente a partir do olhar de quem olha. As garotas da comunidade admiram Diego pelo seu visual; a polícia, fora dos limites da comunidade, o vê como suspeito. Neste caso é o reconhecimento local que alimenta sua respeitabilidade.

A falta de ofertas de trabalho, a quase impossível solução de problemas legais e ligados à saúde, as deficiências do ensino público, são problemas que eles explicitam, ao mesmo tempo em que revelam os caminhos alternativos que encontraram para tentar superá-los. Os obstáculos mostram, concretamente, os resultados de uma lógica hierárquica que atribui merecimento a uns e não a outros, em grande medida tendo como ponto de partida a condição social. As narrativas, por sua vez, mostram que existe a percepção desta diferenciação valorada.

As estratégias mostram caminhos alternativos concretos, mas também revelam relações sociais e simbólicas que se norteiam pela lógica do reconhecimento (ou do não reconhecimento). Como não vivem isolados, esta lógica é permeada pela estrutura capitalista globalizante, mas matizada pelos sentidos construídos nas relações locais, e sendo assim, ganhando cores próprias.

Cabe aqui refletirmos à luz dos teóricos do reconhecimento, mas especificamente aqueles que mais têm alimentado os diálogos em torno deste conceito: Nancy Fraser, Axel Honneth e Charles Taylor.

Nancy Fraser parte de alguns pressupostos diferentes dos outros dois. Primeiramente, ela diferencia redistribuição e reconhecimento. Segundo, prioriza trabalhar com o conceito de justiça e o modelo de status, em detrimento da identidade. Para a autora, quebrar o padrão de interação institucionalizado não é valorizar identidade, mas sim superar subordinações advindas de desigualdades de status. A busca é por paridade de participação: tornar os atores sociais efetivamente pares, tanto com relação à redistribuição, como com relação ao reconhecimento.

A princípio sua visão é mais universalizante e instrumentalmente mais viável, na medida que se propõe abarcar a discussão a partir do conceito de justiça. No entanto, sua leitura é institucional e macro-política. Como coloca Cardoso de Oliveira (2001, p.27), “as demandas de reconhecimento exigem o estabelecimento de ao menos um mínimo de dialogia entre as partes, e não podem ser satisfatoriamente equacionadas no plano legal. Pois, ao lado da obediência a um dever (legal ou moral), a prática do reconhecimento supõe a internalização de um valor”.

No Bode, o reconhecimento se pauta nos critérios de atribuição de valor e estima social. A construção teórica de Honneth favorece pensarmos a construção intersubjetiva de reconhecimento e da identidade social nos micro-espacos, pois pensa a construção do reconhecimento em diferentes etapas da vida e atrelada a diferentes grupos: família, Estado, e grupo social. Os jovens mostram inúmeras passagens em que apreendem os caminhos possíveis para serem reconhecidos, seja através do desempenho escolar, seja através do perfil de trabalhador, seja na relação com as garotas ou “sendo bom no que faz”, como um deles afirmou. Esta construção incorpora-se na identidade social, que não é única nem estática, mas é, no momento em que se dá, fundamental para a construção da autoconfiança que o mobiliza a seguir adiante.

A partir da busca pelo reconhecimento, encontramos alguns critérios que nos ensinam sobre a lógica local. Além de categorias valorizadas na sociedade como um todo, trabalho e educação, também encontramos a religião (o que já tem sido mostrado por inúmeros trabalhos). A articulação resultante da mistura destes elementos com as relações familiares e a construção dinâmica do pertencimento resulta no que seria o valor social local.

Fora da comunidade, os jovens, muitas vezes, se sentem excluídos, às vezes violenta, às vezes sutilmente, dos critérios que definem quem tem a *substância moral das pessoas dignas*. Pelo menos no discurso, também aí a percepção passa pela hierarquização construída não apenas na condição social e no status sócio econômico, mas no valor atrelado a este status.

Por um lado, os que discutem redistribuição afirmam que isto só será possível, efetivamente, mexendo-se na estrutura orçamentária do Estado. Quando se enfoca reconhecimento, por sua vez, afirma-se a necessidade de espaços concretos de luta e expressão, na medida em que o reconhecimento só é possível construído dialogicamente, caso contrário corre-se o risco de se cair no artificialismo. E as análises mostram que, muitas vezes, o público alvo se sente como aqueles para quem “qualquer coisa serve”. As relações narradas evidenciam uma representação incorporada que não muda por imposição.

Eles pouco falam de redistribuição no sentido econômico. Não que esta questão não tenha importância. Tem e muita. Está presente a todo o momento.

Mas o que me parece que ganha relevância é que as narrativas das trajetórias individuais extrapolaram os indivíduos e permitiram que visualizássemos uma lógica relacional, *também* decorrente da injusta incorporação da dimensão dos direitos em nossa sociedade.

Penso que Fraser nos ilumina nos caminhos institucionais e macro-políticos, e Honneth permite que tenhamos uma maior compreensão quando nos focamos nas relações interpessoais e partimos das percepções dos indivíduos.

No entanto, os autores são unânimes em propor relações dialógicas. O que Gadamer chamou de encontro de horizontes. Visibilizar trajetórias como as que foram discutidas neste texto é uma maneira de dar voz e quebrar, mesmo que momentaneamente, um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativas e outras como inferiores.

No caso que estudei, os jovens não evidenciam uma luta, mas mostram que as expressões de não reconhecimento são vividas como insultos morais, justamente porque eles têm consciência da exclusão em que vivem e ‘constroem’ a lógica que ‘explica’ esta exclusão. Como coloca Oliveira (2004), na desconsideração está implícita a negação da inclusão na lógica da circulação da dádiva. Neste sentido são invisibilizados como cidadãos.

No presente texto, busquei focalizar uma dimensão da realidade que é corriqueira, conhecida, mas pouco problematizada. Falta ressaltar que a ausência de consideração também está presente dentro da comunidade. A intenção não foi mostrar uma comunidade idealizada, mas sim realçar dinâmicas internas muitas vezes não consideradas quando se discute a condição juvenil no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; JUNIOR, Edísio Ferreira (org.). (2004) *(Re)Construções da Juventude: cultura e representações*. João Pessoa: Editora Universitária, PPGS/UFPB.
- _____. (2005). *Jovens e Juventudes*. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.
- ALVIM, Rosilene (2002). “Olhares sobre a juventude”. *Comunicações do ISER*. Ano 21, Edição Especial.
- BOURDIEU, Pierre (1980). *Lê Sens Pratique*. Paris: Minuit.

- _____. (2000). *La "juventud" sólo es una palabra* in *Questiones de sociología*; Madrid: Ediciones Istmo.
- _____. (1998). *Meditações Pascalianas*. Celta Editora: Oeiras.
- _____. (1999). "Futuro de classe e causalidade do provável". In: *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.
- CASTRO, Mary et alii. (2001). *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, banco Interamericano de desenvolvimento.
- _____. (2004). "Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes". In NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade – trabalho, Educação, Cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____.; ABRAMOVAY, Miriam. (coord.) (2006). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Edições UNESCO.
- CONNELL, R. W. (1987). *Gender and Power*. Cambridge: Polito Press.
- _____. (1997). "La Organización Social de la Masculinidad". In T. Valdés; J. Olavarria (eds). *Masculinidad/ es: Poder e Crisis*. Chile, Santiago: Ediciones de las mujeres, N° 24.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FEIXA, Carles (2004). "A construção histórica da Juventude". In: A. Caccia-Bava; C. Feixa; Y. Gonzáles Cangas, Y. (orgs.). *Jovens na América latina – São Paulo: Escrituras Editora*.
- _____.; FERRANDIZ, F. (eds.) (2005). *Jóvenes sin tregua: Culturas y políticas de la violencia*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. (1999) "Direitos dos mais e menos humanos." In _____. (org.). *Horizontes Antropológicos: diversidade cultural e cidadania*. Porto Alegre, ano 5 n° 10, maio.
- FRASER, Nancy. (2000) "Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and participation". In N. Fraser; A. Honneth. *Redistribution or recognition? A political-Philosophical Exchange*. London: Verso and Frankfurt: Suhrkamp.
- _____. (1998). "La justicia social em la era de las "políticas de identidad": redistribución, reconocimiento y participación". *Apuntes de investigación*. Del CECYP. 2/3 ano 2: 17-36.
- _____. (1995) "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age". *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, July/August. London: Routledge.
- LONGHI, Márcia Reis (2001). *Ser homem, pobre e pai: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda*. Programa de Pós-graduação em Antropologia/UFPE, dissertação de mestrado, Recife.
- _____. (2008). *Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- MOORE, Henrietta L. (2000). "Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência" In: A. Piscitelli; M.F. Gregori (orgs.) *Corporificando gênero*; Cadernos Pagu (14).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; OLIVEIRA, Luis R. Cardoso de Oliveira (1996). *Ensaio Antropológicos sobre Moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.